

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP/OS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ITEP/OS, é constituída sob a forma jurídica de associação civil de direito privado sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 05.774.391/0001-15, qualificada como Organização Social – OS, através do Decreto nº 26.025, de 14 de outubro de 2003.

O âmbito de atuação do ITEP se estende por todo o território nacional e fora dele, através de representações que venham a se estabelecer, a critério do Conselho de Administração, as quais deverão se submeter e reger-se-ão pelas disposições estatutárias e pelo Regimento Interno, sendo a Associação constituída por um número limitado de associados.

2. MISSÃO E OBJETIVOS SOCIAIS DO ITEP

O ITEP/OS tem como missão gerar e difundir conhecimentos, prestar serviços especializados, realizar pesquisa aplicada, formar recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia, promover a inovação e a competitividade tecnológica, visando o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável e a melhoria da qualidade de vida, em particular do Estado de Pernambuco e, em geral, da região Nordeste e do País.

3. SUMÁRIO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS.

3.1 Sumários das Práticas Contábeis

- 3.1.1 Por ser uma Entidade sem finalidade de lucros, aplica-se a mesma os Princípios de Contabilidade e Interpretação contida na Resolução CFC nº 1409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a ITG (Norma Brasileira de Contabilidade - Interpretação Técnica) 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Também se aplica, quando o caso requer, a NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade Geral) 1000 – Contabilidade para Pequena e Médias Empresas.
- 3.1.2 As receitas e as despesas são reconhecidas respeitando-se o regime contábil de competência. Quando ocorridas, as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade) 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.
- 3.1.3 Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade. A entidade constituiu provisão em montante suficiente para atender as suas obrigações junto a terceiros. Enfatizamos também que não há necessidade de se constituir provisões relativas a valores de realização, bem assim baixa de valores prescritos, incobráveis e anistiados.

- 3.1.4 O valor do superávit ou déficit foi incorporado ao Patrimônio Social. Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.
- 3.1.5 Na adoção inicial da Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, a entidade não adotou os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG (Sessão 35 da Resolução CFC nº 1255, de 10 de dezembro de 2009, NBCT – TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) 10. No caso da entidade, não há a necessidade de se ter registro em contas de compensação. A Entidade recebe alguns recursos de aplicação restrita, os quais são depositados em instituições financeiras, gerando os correspondentes rendimentos.

3.2 Elementos Patrimoniais

- 3.2.1 Entidade possui aplicações de Liquidez Imediata e Aplicações de Curto Prazo as datas de 31 de dezembro de 2017 e 2016, a saber:

APLICAÇÕES	31/12/2017	31/12/2016
Invest Plus Bradesco	R\$ 1.297.251,74	R\$ 308.081,33
Santander - Renda Fixa Po FIC Empresa	R\$ 176.657,37	R\$ 673.747,08
Banco do Brasil - BB Renda Fixa LP 100	R\$ 324,05	R\$ 3.293,13
Banco do Brasil - BB CP Automático	R\$ 149.711,92	R\$ 52.189,74
Banco do Brasil - BB CP 50 Mil		R\$ 1.495,10
Banco do Nordeste do Brasil	R\$ 766,56	R\$ 766,56

3.2.2 Estoques

Com saldos de R\$ 1.010.412,42, em 2014 e de R\$ 1.059.883,41, em 2013, os estoques dizem respeito a material de consumo, estando avaliados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa o valor justo (valor de mercado). Nesse caso, não se tornou necessário o registro de uma estimativa de redução desse custo ao preço de mercado ou valor justo. O saldo de 2014 não foi baixado pela utilização dos insumos devido a mudança de critério pela gestão da época. Sendo assim, aguardamos autorização do Conselho de Administração para procedermos a baixa na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores. A autorização deverá ser expressa através de peça jurídica para este fim.

3.2.3 Imobilizado

Convém destacar que a entidade não levou a efeito a faculdade do ajuste ao Custo Atribuído, consoante previsto em Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Ademais, não foi levada em consideração a redução do Imobilizado em relação do Teste de Recuperabilidade. Destaca-se que a entidade não procedeu, nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015 e 2016, o teste de recuperabilidade devido à falta de um tombamento patrimonial. A entidade elaborou um planejamento para atendimento a legislação, mas efetuou apenas uma parte do mesmo que foi o levantamento e o tombamento patrimonial durante o atual exercício social.

3.2.4 Imposto de Renda e CSLL

Considerando a atividade exercida pela Entidade, eis que essa não é sujeito passivo de obrigações tributárias, na qualidade de contribuinte.

3.2.5 Provisões em Geral

Atendendo as normas societárias e ao regime contábil de competência dos exercícios, a entidade vem contabilizando as provisões que digam respeito à obrigações junto a terceiros.

3.2.6 Adiantamentos Concedidos

3.2.6.1 Colaboradores (Viagens)

No exercício atual foi realizado o apontamento por contas individualizadas das pendências por falta de prestação de contas dos valores concedidos aos colaboradores. Foram adotadas medidas de controle na concessão de adiantamentos e por ocasião do desligamento do colaborador da entidade. Nos apontamentos verificou-se que cerca de 80% do saldo da conta é de colaboradores desligados nos exercícios anteriores.

3.2.6.2 Fornecedores

No exercício atual foi realizado o apontamento por contas individualizadas (por fornecedor) das pendências por falta de apresentação de notas fiscais, como também, o não atendimento integrais das Autorizações de Fornecimento (AF's). O apontamento foi concluído em 26/07/2017 e encaminhado para o Setor de Compras para as devidas providências.

3.2.7 Clientes

Foi iniciado o apontamento dos recebíveis individualizado para verificação dos numerários e avaliação da relevância.

3.2.8 Convênios e Contratos a Receber

Foram registrados nas contas abaixo, os recebíveis do Contrato de Gestão nº 001/2016 celebrado com o Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Ciência,

Tecnologia e Inovação, para aplicação no período de 24 meses que ocorrerão a conta do Plano de Trabalho, conforme quadro abaixo:

CONTAS	Valor (R\$)
Contrato de Gestão (Tesouro Estadual)	R\$ 16.799.642,86
PROAPL - Contrapartida SECTI	R\$ 4.102.442,28
BID - Contrato de Empréstimo	R\$ 31.860.000,00
TOTAL	R\$ 52.762.085,14

3.2.9 Recursos a Aplicar - Tesouro Nacional

Foram registrados nas contas abaixo, os valores do Contrato de Gestão nº 001/2016 celebrado com o Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, para realização da receitas conforme aplicação (despesas) no período de 24 meses que ocorrerão a conta do Plano de Trabalho, conforme quadro abaixo:

CONTAS	Valor (R\$)
Contrato de Gestão (Tesouro Estadual)	R\$ 16.799.642,86
PROAPL - Contrapartida SECTI	R\$ 4.102.442,28
BID - Contrato de Empréstimo	R\$ 31.860.000,00
TOTAL	R\$ 52.762.085,14

4. DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO

As contas sintéticas que formam o Ativo Não Circulante Imobilizado apresentam-se com os seguintes saldos:

CONTAS	31/12/2017	31/12/2016
Móveis e Utensílios	R\$ 1.377.014,99	R\$ 1.326.221,99
Máquinas e Equipamentos	R\$ 18.036.637,50	R\$ 11.102.206,36
Material Didático	R\$ 113.974,88	R\$ 113.974,88
Veículo	R\$ 1.841.941,55	R\$ 1.841.941,55
Equipamentos de Informática	R\$ 6.550.001,25	R\$ 2.539.866,92
(=) Valor Bruto do Imobilizado	R\$ 27.919.570,17	R\$ 16.924.211,70
(-) Depreciação Acumulada	R\$ 2.365.287,68	R\$ 2.365.287,68
(=) Valor Líquido do Imobilizado	R\$ 25.554.282,49	R\$ 14.558.924,02

4

5. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações tributárias e fiscais estão assim compostas:

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS - PARCELAMENTOS	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 2.925.189,01	R\$ 2.874.821,10
IRRF a recolher	R\$ 320.921,77	R\$ 570.745,26
ISS recolher	R\$ 12.175,04	R\$ 9.750,92
PIS/PASEP	R\$ 138.677,93	R\$ 87.633,71
COFINS s/faturamento	R\$ 821.861,05	R\$ 821.861,05
INSS a recolher	R\$ 261.422,40	R\$ 220.555,63
PIS/COFINS-CSLL retidos	R\$ 52.168,05	R\$ 41.998,07
PAEX – Pis Parcelamento		R\$ 6.124,96
PAEX – COFINS Parcelamento	R\$ 16.905,68	R\$ 25.348,52
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.223/2016-26		R\$ 888.035,58
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.508/2016-67		R\$ 202.767,80
PRT – Demais Débitos	R\$ 36.751,37	
PRT – Débitos Previdenciários	R\$ 645.727,07	
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.730.832/2017-17	R\$ 558.861,57	
INSS – Parc. Simplificado – Proc. 10480.731.298/2017-58	R\$ 59.717,08	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE – CIRCULANTE A LONGO PRAZO	R\$ 10.618.106,78	R\$ 3.800.300,02
PAEX – Pis Parcelamento		R\$ 510,38
PAEX – COFINS Parcelamento		R\$ 16.885,68
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.223/2016-26		R\$ 3.081.015,03
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.508/2016-67		R\$ 701.888,93
PRT – Demais Débitos	R\$ 506.973,87	
PRT – Débitos Previdenciários	R\$ 7.899.730,75	
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.730.832/2017-17	R\$ 1.977.510,32	
INSS – Parc. Simplificado – Proc. 10480.731.298/2017-58	R\$ 233.891,84	
TOTAL	R\$ 13.543.295,79	R\$ 6.675.121,12

Antonio Vaz de Albuquerque Cavalcanti
Diretor Presidente

Edelson Lima de Souza
Contador – CRC 013343/O-1